

A VIVÊNCIA DO ENVELHECIMENTO ATIVO E A PESSOA IDOSA: desafios e limites no espaço acadêmico

Profa. Ma.Cassandra Maria Bastos Franco (1); Profa.Dra.Maria do Rosário de Fátima e Silva (2)

1. Instituto Camillo Filho/Faculdade Santo Agostinho. E-mail: cassandra.franco@hotmail.com

2. Universidade Federal do Piauí. E-mail :rosafat@uol.com.br

RESUMO

Pretende-se traçar uma perspectiva sobre a Universidade Aberta para a Terceira Idade e a política de envelhecimento ativo, abordando como o programa Integração de Gerações do Instituto Camillo Filho contribui para a vivência do envelhecimento ativo de alunos ativos e egressos; assim como averiguar se as pessoas idosas reconhecem a Política Pública de envelhecimento ativo. A pesquisa de campo e documental teve abordagem qualitativa. Assim, será feita, inicialmente, uma contextualização de como surgem as universidades abertas para idosos. Posteriormente, serão explicitadas a metodologia da pesquisa e as reflexões sobre envelhecimento ativo, a partir da análise dos discursos dos depoentes, que se constituíram em dez pessoas idosas, sendo 07 pessoas ativas e 03 idosas egressas do programa. Os resultados indicam que no tocante aos determinantes comportamentais, os idosos adotam estilos de vida saudáveis, incluindo, neste aspecto, o autocuidado; nas análises dos determinantes econômicos (existem ganhos: aposentadorias e pensão) e dos determinantes pessoais (capacidade cognitiva preservada). Finalizando, destaca-se que os depoentes, apesar de vivenciarem o envelhecimento ativo, reconhecem-no somente como responsabilidade pessoal e não como Política Pública. Conclui-se que somente as vivências de estilo que levam ao envelhecimento ativo em universidades abertas não são suficientes para a construção de condições de velhice digna, é preciso a discussão da Política Pública do envelhecimento ativo nas universidades, seja de forma transversal ou no conteúdo das oficinas temáticas a fim de oportunizar ao idoso lutar por seus direitos, tendo por referência legislações internacional e nacional.

Palavras-chave: Pessoa idosa, Universidade Aberta para Terceira Idade, Envelhecimento Ativo.

ABSTRACT

It is intended to draw a perspective on the Open University for the Third Age and the active aging policy, addressing how the Generation Integration program of the Camillo Filho Institute contributes to the experience of active aging in graduating and graduates students; as well as examine whether older people recognize the public policy of active aging. The documentary and field research had a qualitative approach. It will therefore be made initially a contextualization of how arise universities open to seniors. Later, will be explained the research methodology and reflections on active aging, based on the analysis of the speeches of the deponents, which consisted of ten elderly, being 07 active people and 03 older graduates of the program. The results indicate that with regard to behavioral determinants, older people adopt healthy lifestyles, including, in this respect, self-care, the analysis of the economic determinants (there are gains: retirement and pension) and personal determinants (cognitive capacity preserved). Finally, it is emphasized that the deponents, although experiencing active aging, recognize it only as personal responsibility and not as public policy. We conclude that only the style life experiences that lead to active aging in open universities are not enough to build dignified old age conditions, it takes the discussion of public policy of active aging in universities, either across the board or content of thematic

workshops in order to create opportunities for the elderly to fight for their rights, with reference to international and national legislation.

Keywords: Elderly Person, Open University for Seniors, Active Ageing.

INTRODUÇÃO

A velhice, ao longo da história, vem sendo concebida, por vezes como fase de prestígio, por vezes como momento de isolamento social. Nas oligarquias greco-romanas, até o século II a.C., “a velhice foi poderosa e prestigiada; jovens e adultos confiavam e se apoiavam nos idosos, quando as sociedades eram tradicionais, estáveis e hierarquizadas”¹. Também se encontram essas relações nas sociedades dos países ocidentais. Para discutir-se o envelhecimento humano, requer contextualizá-lo na história, considerando os serviços e políticas públicas voltadas ao ser envelhecido.

Quando se contextualizam as Políticas Públicas como resposta às demandas do contingente de idosos, deparamo-nos com a garantia dos direitos do homem; estes direitos vão desde o direito à vida até o de sentir-se bem na convivência com os outros, sem o sentimento de ser estigmatizado por ser uma pessoa idosa. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e legislações internacional e nacional referentes à pessoa idosa, preconiza-se o direito do idoso à vivência do envelhecimento ativo e saudável. A obtenção do envelhecimento ativo e saudável diante da realidade do aspecto multifacetado e heterogêneo do envelhecimento humano, em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, remete a desafios de implementação de políticas eficazes para pessoas idosas.

No Brasil, a legislação pertinente ao envelhecimento ativo é recente, encontra suporte no decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013,² que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidas em sua implementação. Comissão essa composta pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; os ministérios da Justiça, Trabalho e emprego, Saúde, Previdência Social, Planejamento, orçamento e gestão, Cidades, Desenvolvimento agrário, Desenvolvimento social de combate a fome, Esporte, Turismo, Comunicação e Transporte.

Considerando que a proposta de política pública de envelhecimento ativo preconiza a otimização dos anos a serem vividos, entende-se que pesquisas sobre a temática devam contribuir para a promoção da vivência da velhice ativa, pois de acordo com o último censo de 2010, encontraram-se dados referentes à existência de aproximadamente 30.000 pessoas com idade maior que 100 anos.

A manutenção da saúde corporal e mental tem sido almejada pela população idosa, via acesso a serviços e setores em diversas áreas, dentre as quais convém destacar, como recorte teórico e de pesquisa de campo, o setor educacional superior, na área de extensão (Universidades Abertas à Terceira Idade), voltada para idosos.

O objetivo geral deste estudo, fruto de pesquisa no mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), propõe identificar como os depoentes vivenciam e identificam a Política Pública de envelhecimento ativo.

METODOLOGIA

A abordagem qualitativa deste estudo se justifica por levar a descobertas de significados, por buscar compreensão nas subjetividades dos sujeitos. No processo de delineamento do estudo, fez-se o levantamento de dados que, após coletados, foram mapeados em núcleos comuns, constituindo categorias temáticas analisadas à luz de conceitos temáticos que permitiram a compreensão do objeto de estudo, suas relações, bem como identificando sua amplitude, historicidade e contradições. Nesse sentido, utilizou-se a análise das categorias ou categorização, por se tratar de uma operação que reúne grupos de elementos da unidade de registros.

Por proporcionar o diálogo com os sujeitos selecionados, este estudo teve como base metodológica pesquisas de campo e documental. Como fruto das análises coletadas nos questionários socioeconômicos aplicados com os sujeitos egressos e ativos, encontrou-se que 100% dos sujeitos praticam atividades físicas duas vezes por semana; 70% têm ensino médio; média de idade entre 65 a 82 anos; renda mensal entre um e três salários (proventos mais pensão).

Neste estudo, também se investigou como os sujeitos da pesquisa vivenciam suas velhices. Os comentários são muito significativos, pois se visualizou que os sujeitos ativos e egressos já ingressaram no INTEGERA com comportamentos que, em nível individual, contribuem para a vivência do envelhecimento ativo, cuidados com o corpo e com o ciclo de amizades do trabalho no tempo em que eram ativos. Destaque-se que não obstante o número dessas amizades com o tempo percorrido da aposentadoria ter diminuído, eles buscam no INTEGERA novos amigos. Detectou-se, neles, a presença da autorrealização e da participação, princípios do envelhecimento ativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da observação direta realizada pela pesquisadora e pelas análises dos dados coletados, detectou-se que as pessoas idosas egressas, assim como as ativas no Programa, apresentam também aspectos que remetem à vivência do envelhecimento ativo, por apresentarem aspectos dos determinantes comportamentais (estilos de vida saudáveis e participação no próprio cuidado); determinantes econômicos (existem ganhos: aposentadorias e pensão); determinantes pessoais (capacidade cognitiva preservada, não uso de bebidas alcoólicas, boa capacidade de adaptação).

Ainda no que diz respeito às projeções e expectativas em relação ao desenvolvimento do segmento idoso, existem, segundo Albuquerque (2008), projeções diferenciadas para o ano de 2050, em número absoluto de pessoas idosas, ou seja, nos países subdesenvolvidos, 2,2 bilhões; enquanto nos países desenvolvidos, 300 milhões. Os números apontam o quantitativo de percentuais maiores nos países subdesenvolvidos, aí se encontra o Brasil. Associados a esses números, estudos sinalizam que as questões sociais, no tocante ao envelhecimento, são “um grande desafio do mundo atual, afetando tanto em países ricos como pobres”.¹ Desse modo, é possível inferir a existência de desigualdades e heterogeneidades na vivência da velhice.

A existência de “velhices” como vivências individualizadas da pessoa idosa deve servir de contexto em estudos científicos, por sua singularidade e subjetividade, visto que as pessoas, dependendo de suas vivências, podem ter suas histórias de vida modificadas. Esse é o

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

elemento de diferenciação na velhice. Assim, a presença do contingente de pessoas idosas fora da esfera familiar vem sendo modificada quanto à socialização dos diversos segmentos populacionais envelhecidos. A esse respeito, Debert³, assevera que "assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de prudência individual ou de associações filantrópicas, ela se transforma numa questão pública".

No pilar da participação, destaca-se a aprendizagem permanente através dos programas de educação para todas as idades. Tendo por referência a educação permanente como basilar dos programas de Extensão no ensino superior para idosos, o estudo comprovou que nesses espaçosas atividades propostas para eles proporcionam condições favoráveis à vivência do envelhecimento ativo em nível individual, por oferecerem atividades como as oficinas temáticas que auxiliam na execução da educação permanente. As Universidades Abertas trazem como propostas pedagógicas a educação permanente e as relações intergeracionais extrafamiliares; dependendo das significações dos idosos e jovens envolvidos nos programas. Comprovou-se a solidariedade entre as gerações, o que reafirma a importância do espaço de extensão acadêmica para a otimização de condições favoráveis à vivência do envelhecimento ativo.

No pilar da saúde, faz-se necessário o apoio social e entre diferentes gerações. Com relação ao apoio social, é apregoado na ideologia do envelhecimento ativo que é preciso reduzir os riscos de solidão e isolamento social, por meio de apoio aos grupos comunitários, incluindo-se os espaços de extensão no ensino superior para idosos. Apoiar contato entre gerações tem sido, ao longo dos anos, pauta de discussões nos espaços internacionais, nacionais e até locais. Daí convém que as diferentes gerações convivam em espaços intra e extrafamiliares, pois é na troca de vivências que jovens e idosos conseguem atualizar-se e construir relações de amizade saudáveis e prazerosas.

Entre os princípios das nações unidas para idosos, encontrou-se também o Pilar Segurança, que preconiza que os idosos devem ter seus direitos de segurança social, física e financeira assegurados pelas políticas públicas. Segundo esse princípio, os idosos em condições vulneráveis socialmente devem ter assegurados proteção e assistência, para que tenham condições de vivenciar determinantes que levem ao envelhecimento ativo.

Sendo assim, a extensão universitária tem sido conclamada a projetar ações, programas e projetos voltados para os indivíduos que quantitativamente estão compondo o universo de pessoas idosas, membros da sociedade dignos de vivenciar o envelhecimento de forma ativa e cidadã através, também, da educação formal de ensino.

Com relação à importância das UNATI, autores⁴ colocam que “esse espaço constitui-se em espaço de aprendizagem gerontológica que proporciona aos alunos a possibilidade de protagonizarem a produção e disseminação do conhecimento, potencializando nas suas experiências acumuladas ao longo da vida”. Esses espaços contribuem para promoção do envelhecimento ativo.

No Brasil, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em nível governamental e nacional, é a responsável pelo compromisso de propor estratégias para a efetivação do envelhecimento ativo como Política Pública. "O termo envelhecimento ativo foi adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no final dos anos 90. Fundamenta-se no reconhecimento dos direitos humanos dos idosos e dos princípios de independência, participação, dignidade, cuidados e autodesempenho"¹.

Com relação ao princípio da participação, destaca-se o item que se refere ao direito do idoso permanecer integrado à sociedade, participar ativamente da formulação e de implementação de políticas que afetam diretamente seu bem-estar, e transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades. Quanto à dignidade, evidencia-se o direito de ser tratado com justiça, independentemente de idade, sexo, etnia, deficiências, condições econômicas.

No tocante aos cuidados ou assistência, destaca-se como relevantes o direito de ter acesso a serviços de atenção à saúde, para manter ou recuperar o bem-estar físico, mental e emocional, assim como prevenir ou retardar o surgimento de doenças. Encontra-se, ainda, elencado como princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas, o princípio do autodesempenho, também denominado de autorrealização, identificado como o de aproveitar as oportunidades para total desenvolvimento de suas potencialidades; ter acesso aos recursos educacionais, culturais e de lazer da sociedade

Segundo a Organização Mundial de Saúde, entre os principais fatores determinantes do envelhecimento ativo estão os serviços de saúde e social, determinantes pessoais e biológicos,

determinantes comportamentais, ambiente físico, determinantes sociais e determinantes econômicos. Entre os determinantes relacionados ao sistema de serviços de saúde e social, é proposto que para que o envelhecimento ativo ocorra é preciso que o sistema de saúde seja executado com finalidade de promoção de saúde ao longo do curso da vida, englobando cuidados em geral, considerando-se que essas ações devem ser voltadas para idosos com ou sem autonomia e independência preservadas. Entre os determinantes comportamentais, para que o envelhecimento ativo aconteça se faz necessária a adoção de estilos de vida saudáveis e a participação ativa no próprio cuidado é importante em todos os estágios de vida.

Existem, também, os determinantes relacionados ao próprio indivíduo, no qual a genética e os fatores psicológicos são definidores do envelhecimento ativo. O componente genético do indivíduo também pode determinar o aparecimento de doenças que, dependendo da enfermidade e da gravidade, interferem na capacidade funcional do ser na vivência da velhice. Quanto aos fatores psicológicos, pode-se inferir que a capacidade cognitiva em condições satisfatórias colabora para o bem-estar do indivíduo e pode ser motivadora de participação em atividades que forneçam condições adequadas e conteúdos para a vivência do envelhecimento bem-sucedido.

Encontraram-se, ainda, os determinantes relacionados ao ambiente físico, no qual estão incluídas as condições de acessibilidade em espaços urbanos e habitacionais, os meios de transporte, a urbanização/arquitetura dos ambientes, o acesso aos serviços e a facilidade em utilizá-los, bem como as condições de saneamento. Quanto aos determinantes relacionados ao meio social, encontraram-se o suporte social (ONG, serviços voltados para saúde), violência (prevenção) e abuso, educação (oportunidades de aprendizado pela vida toda podem ajudar a manter a confiança e as habilidades que necessitam para se adaptarem quando envelhecem). Entre os determinantes econômicos, segundo o portal do envelhecimento, encontram-se os ganhos (aposentadoria, proventos, pensões), proteção social (benefícios).

O envelhecimento ativo depende de uma diversidade de fatores determinantes que envolvem indivíduos, famílias e países. Esse pode e deve ser implementado em espaços educacionais, a exemplo nas extensões universitárias para idosos no Brasil. O conceito de extensão tem sido modificado ao longo da história no Brasil. Passou por várias matrizes e

diretrizes curriculares. Essa já foi efetivada como cursos, extensão assistencial e, na modernidade no Brasil, encontrou-se a extensão como função social. À época do movimento da Escola Nova, o governo brasileiro elaborou o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Embora designadas de universidades, tais instituições se caracterizam como cursos ou atividades de extensão no ensino superior em espaços públicos e privados. Elas também têm apresentado, “ao longo do tempo, alguns desdobramentos na forma de estrutura e funcionamento”⁵. Há relatos históricos de que na década de 1960 surgem, na França, as precursoras das Universidades da Terceira Idade, as universidades do tempo livre, consideradas como as primeiras gerações de UNATI, concebidas como espaços direcionados a aposentados, com atividades culturais visando a favorecer relações sociais entre os aposentados.

A terceira geração das UNATI, na década de 1980, “caracterizou-se pela elaboração de um programa educacional mais amplo, voltada a satisfazer cada vez mais nova e escolarizada, com direito a créditos e diplomas”⁵. A autora ainda informa que no início da década de 1980, o Programa Universidade da Terceira Idade chegou à América Latina “através das Universidades Abertas – UNI-3-Uruguaí, com sede no Instituto de Estudos Superiores de Montevideú”⁵. Nas UNI-3 havia uma preocupação em promover a saúde física e psíquica e o bem-estar social por meio da educação, além de fornecer condições para o retorno do idoso ao mercado de trabalho.

O INTEGERA, programa de extensão para idosos, que funciona no Instituto Camilo Filho (ICF), instituição de ensino privada, localizada em Teresina-PI, caracterizada como na terceira modalidade de UNATI, tem por objetivos gerais; desenvolver, a partir da forma processual, a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão e participar, dentro da dimensão funcional, de planos, programas, projetos de ações voltados para a implementação do Estatuto da Pessoa Idosa e da Lei Estadual da Pessoa Idosa.

O Programa visa à integração de pessoas idosas, de meia idade (55 a 59 anos), e jovens (graduandos de diversos cursos, que desejem participar das oficinas), no espaço acadêmico, inseridos em um ambiente de socialização; além disso, desenvolve atividades diversas através das oficinas temáticas de 30 e 60h, de cunho psicológico, cultural, artístico e religioso; e procura, dentro de suas funções, desenvolver a autoconfiança para a vivência de um

envelhecimento ativo, saudável e duradouro, através da educação permanente, comum às universidades aberta para terceira idade.

Analisando as modalidades de funcionamento e os objetivos gerais e específicos do INTEGERA, identificou-se que o objetivo de “apresentar conhecimentos importantes para a construção ou reconstrução de projetos de vida voltados para a melhoria da qualidade de vida na velhice” é alcançado de acordo com a significação e as falas das pessoas idosas. Diante dessa realidade, “profissionais de saúde e sociais, assim como organizações, devem ter conhecimento e entendimento de vários fatores que influenciam o envelhecimento ativo”⁶.

A ênfase no Programa da necessidade de “identificar formas de convivência entre diferentes gerações e integrar pessoas de convivência entre diferentes gerações”, vem em destaque nos objetivos específicos do INTEGERA. Esses, pelo objetivo a ser alcançado e como são efetivados no espaço acadêmico do ICF, vêm confirmar que desde a elaboração do projeto que norteia o INTEGERA, a proposta de oportunizar condições para a vivência do envelhecimento ativo está colocada para o projeto. A terminologia Envelhecimento Ativo, no projeto, não vem bem definida em conceitos, como preconiza a Organização Mundial de Saúde, mas vem bem elaborada em forma de proposta de trabalho a ser realizada em suas diversas modalidades de funcionamento.

CONCLUSÃO

O envelhecimento ativo tem se constituído como propulsor de bem-estar para muitas pessoas, especialmente os idosos de idade avançada. Diante dessa realidade, estão surgindo em nível internacional e nacional as mais variadas propostas para que a sociedade vivencie o envelhecimento, de acordo com os princípios do envelhecimento ativo preconizados pela Organização Mundial de Saúde.

O tema envelhecimento ativo, apesar de ter surgido de forma mais visível no ano de 2005, em nível mundial, já vem sendo, de forma transversal, estimulado nas oficinas do INTEGERA e proposto sob o aspecto de ações pedagógicas que auxiliam essas vivências exitosas que levam ao bem-estar da pessoa idosa. De acordo com os achados da pesquisa realizada, as mudanças de estilo de vida dos sujeitos, após ingressarem no Programa, ocorrem de forma positivada,

decorrentes tanto das relações intergeracionais extrafamiliares, como da participação nas atividades do INTEGERA. Nesse espaço, eles conseguem melhorias no funcionamento do corpo e da mente, aumentam o ciclo de amizades, pois no ICF eles conviveram, em média, de dois a nove anos com os alunos de sua sala de aula, com docentes, com a Coordenação do Programa e dos cursos em que estavam matriculados, funcionários da IES e graduandos dos diversos cursos em diversos horários, além da comunidade local, por ocasião dos eventos organizados pelo INTEGERA.

Encontraram-se, também, como achados, o reconhecimento das pessoas idosas ativas e egressas da necessidade de se manterem ativas, para que tenham qualidade de vida nas idades que virão, as mais avançadas, especialmente depois dos oitenta anos. No entanto, é inquietante averiguar que os sujeitos, mesmo vivenciando o envelhecimento ativo no espaço acadêmico e em seus cotidianos, não reconhecem o envelhecimento ativo como política pública; remetem, em suas reflexões, mais a aproximações de envelhecimento ativo como compromisso pessoal, isso contradiz o que está apregoado tanto em nível internacional como nacional, esse deve ser vivenciado em nível individual e coletivo.

As significações de pessoas idosas sobre suas velhices remetem a conclusões de que elas identificam suas velhices como satisfatórias e prazerosas no espaço extrafamiliar. Especificamente no espaço acadêmico do INTEGERA, onde estão vivenciando o envelhecimento ativo na plenitude; relatam que o programa contribui para que eles cheguem a idades mais avançadas de forma ativa e com a capacidade funcional preservada, mas sempre relacionam o envelhecimento ativo como opção pessoal.

Os Programas de Extensão no ensino superior voltados para as pessoas idosas, comumente denominados de Universidades Abertas para a Terceira Idade no Piauí, estão ofertando atividades que trazem a proposta pedagógica da educação permanente, inserida no princípio de participação preconizado pela Organização Mundial de Saúde, assim como proposta que favorece o envelhecimento ativo. Com base nos relatos e análises teóricas que dizem respeito ao que seria envelhecimento ativo, detectou-se que os sujeitos desse estudo não concebem envelhecimento ativo como política pública mas, sim, como responsabilidade pessoal. Acredita-se que a sociedade necessite reconhecer o envelhecimento ativo, seja como política de

direitos humanos, seja como otimização de condições de anos vividos com qualidade de vida de forma coletiva.

Por fim, a temática Envelhecimento Ativo necessita ser socializada em forma de resultados de estudos, a exemplo também na forma de eventos sobre a temática, para que pessoas de diversas idades, em especial os idosos que participam dos espaços das Universidades Abertas para Terceira Idade, em nível local e nacional, possam vivenciar o aumento da longevidade humana de forma digna e ativa.

REFERÊNCIAS

1. Albuquerque SML. Envelhecimento ativo: desafio do século. 1 th ed. São Paulo: Andreoli; 2008.
2. Brasil. Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013. Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. 1 out 2013.
3. Debert GG. Metamorfoses da velhice. In: Botelho A, Schawarcz LM. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. 1 th ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2011.
4. Figuerêdo EMG, Silva MRF. Envelhecimento e velhice na perspectiva do ser que envelhece, mediatizados pela educação. In: Franco CMB, Vasconcelos JG, Franco PMB. Os diferentes olhares do cotidiano profissional. 1 th ed. Fortaleza: Editora UFC; 2010.
5. Cachioni M. Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. 1th ed. Campinas: Alínea; 2003.
6. Martins AC. Barreiras e facilitadores do envelhecimento ativo: como interagem os produtos e tecnologias de apoio com a funcionalidade humana. In: Pocinho R. Envelhecer hoje: conceitos e práticas. 1 th ed. Curitiba: Appris; 2013.